

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E SERVIÇOS – CDEICS**

PROJETO DE LEI Nº 10.669 de 2018

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) das academias de ginástica para todo equipamento voltados para a prática de exercícios físicos

Autor: Deputado Felipe Carreras

Relator: Deputado Joaquim Passarinho

I – RELATÓRIO:

O Projeto de Lei (PL) nº 10.669, de 2018, de autoria do Deputado Felipe Carreras (PSB-PE), dispõe acerca da isenção da cobrança das academias de ginástica do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Importação (II), incidentes sobre a comercialização de todo equipamento voltado para a prática de exercícios físicos, a fim de estimular o cuidado com a saúde no país.

O PL determina que o Poder executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do Art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), cuja apresentação ocorrer após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Por fim, mencione-se que a norma entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior à inclusão da renúncia de receita no PLOA.

O PL percorre o seguinte trâmite: à CDEICS, à CE, à CFT (mérito e Art. 54 RICD) e à CCJC (Art. 54 RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.



No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.
É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR:

Primeiramente, releve-se que o PL foi apresentado no ano de 2018, antes da pandemia do coronavírus, que eclodiu em 2020. Entretanto, a análise do projeto de lei ocorre em momento apropriado, em razão da grande dificuldade por que passa o setor de academias decorrente da crise do coronavírus, especialmente no tocante aos micros e pequenos empresários.

Desse modo, é importante evidenciar alguns dados apontados na 11ª. (décima primeira) edição da Pesquisa de Impacto da Pandemia da COVID-19 nas Micro e Pequenas Empresas, realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre 27 de maio a 1º de junho de 2021. Com efeito, academias estão no grupo de atividades mais afetadas pela crise sanitária do coronavírus no Brasil. Em torno de metade delas está com dívidas atrasadas.

Conforme a pesquisa, o faturamento do setor chegou, em maio deste ano, a patamar 52% inferior do que seria considerado normal para o mês. Na edição anterior desse estudo, realizada em fevereiro de 2020, o segmento estava 42% abaixo do normal. Essa piora de cenário fez com que os empresários desse ramo de atividade se tornassem os mais preocupados entre todos os setores analisados: 72% alegam que estão em dificuldades de manter o negócio.

Some-se a isso que os donos de academias também são os que mais procuraram as instituições financeiras para obter crédito em 2021. De acordo com a pesquisa, 55% solicitaram empréstimos desde janeiro, sendo que 36% solicitaram essa ajuda entre os meses de abril e maio. No acumulado do ano, o número de negócios desse setor que tentaram crédito é 10 (dez) pontos percentuais superior à média (45%). Daqueles que procuraram crédito, 48% receberam resposta positiva.

O setor de academias, similar ao setor de eventos e de turismo, precisam da presença do público para funcionar. O presidente do SEBRAE, Sr. Carlos Melles, afirmou que apesar da reabertura das academias, a maioria dos



usuários se sentem inseguros em se exercitar no interior de ambientes fechados. Para o setor, é importantíssimo o avanço de forma efetiva do processo de vacinação. Estudo mais recente do SEBRAE, que analisa o cronograma de vacinação, mostra que em outubro inicia-se processo de recuperação do faturamento das academias.

Ante o exposto e a partir da constatação da escassez de recursos do orçamento federal, que é o principal instrumento de realização de políticas públicas, e com vistas a realizar os objetivos fundamentais da Constituição Federal, que prioriza *tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País*, entendo que o benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e a sugestão para que o Poder Executivo também autorize a isenção do Imposto de Importação sobre a comercialização de todo equipamento voltado para a prática de exercícios físicos, desde que não haja similar nacional, não devendo haver incidência do imposto de importação apenas para micro e pequenas empresas e pelo período de dois anos, contados a partir da produção dos efeitos desta norma, a fim de auxiliar na recuperação do setor no período pós-pandemia e com vistas a estimular o cuidado com a saúde da população.

Assim, ante o exposto, **VOTAMOS PELA APROVAÇÃO** do PL nº 10.669, de 2018, na forma do substitutivo apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado JOAQUIM PASSARINHO
PSD/PA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joaquim Passarinho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212548469500>



**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E SERVIÇOS – CDEICS**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 10.669, de 2018

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a indicação para que o Poder Executivo regulamente a isenção do Imposto de Importação (II) aos micros e pequenos empresários do setor de academias de ginástica para todo equipamento voltados para a prática de exercícios físicos, desde que não haja similar nacional

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a isenção da cobrança das academias de ginástica do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e da indicação de regulamentação pelo Poder Executivo da isenção do Imposto sobre Importação (II), aos micros e pequenos empresários do setor de academias de ginástica, incidentes sobre a comercialização de todo equipamento voltados para a prática de exercícios físicos, desde que não haja similar nacional, pelo período de dois anos, contados a partir da produção dos efeitos da lei.

Art. 2º Fica isenta do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e indica a regulamentação da isenção ao Poder Executivo do Imposto sobre Importação (II) incidentes sobre a comercialização de equipamentos voltados para a prática de exercícios físicos, desde que não haja similar nacional.

Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,



estimar^á o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto no art. 1º e o incluir^á no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhar^á o projeto de lei orçament^{ária}, cuja apresenta^{ção} se der ap^{ós} decorridos 60 (sessenta) dias da publica^{ção} desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publica^{ção}, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exerc^{ício} financeiro imediatamente posterior ao do cumprimento do disposto no art. 3º.

Sala da Comiss^{ão}, em de de 2021.

Deputado JOAQUIM PASSARINHO
PSD/PA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joaquim Passarinho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212548469500>

